

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

(em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 24 de março de 2025.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda

Paracatu - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

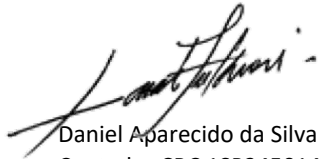
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Balancos Patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	56.235	70	108	Fornecedores	11	2	-	939
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		75	-	-	Obrigações fiscais		25	-	36
Total do ativo circulante		56.310	70	108	Imposto de renda e contribuição social	14	42	-	-
Investimentos em controlado em conjunto	9	28.426	3.718	-	Outras contas a pagar	11	1	14	72
Imobilizado em andamento	10	-	-	4.713	Total do passivo circulante		70	14	1.047
Total do ativo não circulante		28.426	3.718	4.713	Patrimônio líquido	13			
					Capital social		72.486	3.839	3.839
					Reserva de lucros		12.180	-	-
					Prejuízos acumulados		-	(65)	(65)
					Total do patrimônio líquido		84.666	3.774	3.774
Total do ativo		84.736	3.788	4.821	Total do passivo e patrimônio líquido		84.736	3.788	4.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	14	(1.082)	(64)	(64)
Outras receitas operacionais	14	14.102	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.610	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		15.630	(64)	(64)
Receitas financeiras	14	2.132	-	-
Despesas financeiras	14	(596)	(1)	(1)
Resultado financeiro líquido		1.536	(1)	(1)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.166	(65)	(65)
Imposto de renda e contribuição social	16	(4.921)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		12.245	(65)	(65)
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores		12.245	(65)	(65)
Acionistas não controladores		-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	12.245	(65)	(65)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício	12.245	(65)	(65)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social			Reserva de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
		Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital a subscrever			
Saldos em 25 de outubro de 2023		-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital social	12.a	3.186	(3.186)	-	-	-	-
Integralização de capital social	12.a		3.186	653	-	-	3.839
Prejuízo do período		-	-	-	-	(65)	(65)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.186	-	653	-	(65)	3.774
Integralização de capital social	12.a	67.481	-	(653)	-	-	66.828
Transferência de investimentos	12.b	1.819	-	-	-	-	1.819
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.245	12.245
Destinação para reserva de retenção de lucros	12.c	-	-	-	12.180	(12.180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		72.486	-	-	12.180	-	84.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período de 25 de outubro a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		17.166	(65)	(65)
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Receita decorrente de alienação de participação societária	1.2	(41.552)	-	-
Custo na alienação de participação societária	1.2	27.450	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(2.610)	51	-
		454	(14)	(65)
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber decorrente de alienação societária		41.552	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(75)	-	-
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores		2	(3.185)	(2.253)
Obrigações fiscais		25	-	34
Outras contas a pagar		(8)	14	23
		41.950	(3.185)	(2.261)
Caixa (aplicado) / gerados nas atividades operacionais				
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(4.879)	-	-
		37.071	(3.185)	(2.261)
Caixa líquido (aplicado) / gerados nas atividades operacionais				
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas em conjunto	9	(47.734)	(584)	-
Caixa proveniente de reorganização societária	19	-	-	100
Aquisição ao ativo imobilizado	11	-	-	(1.570)
		(47.734)	(584)	(1.470)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	12.a	66.828	3.839	3.839
		66.828	3.839	3.839
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento				
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	70	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	56.235	70	108
		56.165	70	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda, (“Empresa”) foi constituída na forma de capital limitado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu.

Em 30 de junho de 2024, a Empresa passou a ter como controlador direto e final o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, conforme cisão realizada na Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. Portanto, a Empresa tem como controlador direto e final e a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia. com participação de 100,00% do capital social da Empresa.

A Empresa foi constituída em 25 de outubro de 2023 com o objetivo de realizar a comercialização e intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia elétrica produzidas pelas sociedades onde a Empresa detém participação.

Em 30 de novembro de 2023, a Empresa realizou a aquisição das participações societárias e passou a deter o controle dos projetos das investidas Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A., e Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi transferida a investida Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A. As operações de reorganizações societárias estão descritas na nota explicativa 1.3.

As movimentações dos investimentos em controladas em conjunto podem ser observadas na Nota Explicativa nº 9. Os investidas controladas em conjunto estão envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2024 em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1 Autorizações para exploração

As Controladas em conjunto receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Empresa</i>	<i>CEG ANEEL</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Estimativa de geração (MWmédio)</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Fase do Projeto</i>
UFV Boa Sorte 18	Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049202-7.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 19	Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049192-6.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 20	Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049203-5.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 21	Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049204-3.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento
UFV Boa Sorte 22	Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.049205-1.01	08/03/2022 a 08/03/2057	44,1	14,0	ACL	MG	Em desenvolvimento

As Controladas em conjunto terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua Controladora, com o início a partir de janeiro de 2025 para suprir os contratos de venda firmados, pela Controladora, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

1.2 Alienação de participação societária

Em 20 de agosto de 2024 a Empresa, firmou contrato de compra e vendas de quotas das investidas Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE S.A., Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE S.A. e Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE S.A. com a ArcelorMittal Brasil S.A, correspondente a venda de 50% das ações destes investimentos. O valor da venda foi de R\$ 41.552, integralmente recebidos no exercício de 2024. A seguir os montantes na data do evento, ocorridos em 02 de outubro de 2024.

	Complexo Boa Sorte - 50%
Receita na venda de participações societária	41.522
Custo da participação nas investidas (i)	(27.450)
Lucro na venda de participação societária	14.102

- (i) Os detalhes da receita com a alienação de investimentos estão demonstrados na nota explicativa número 13, assim como a composição dos custos das investidas estão demonstradas na nota explicativa número 9.

1.3 Reorganização societária

a. Aquisição de investimentos sob controle comum

Conforme 2ª alteração contratual, realizada em 28 de março de 2024 a Empresa recebeu da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. a investida Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda. Por ser o mesmo controlador, essa operação foi tratada como transação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi transferido por valor de livros.

A composição do acervo transferido, componentes da Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda em 28 de março de 2024, estão demonstrados a seguir:

	Saldos transferidos
	28/03/2024
Ativo	
Equivalentes de caixa	763
Total do ativo circulante	763
Imobilizado	1.185
Total do ativo não circulante	1.185
Total do ativo	1.948
Passivo	
Fornecedores	91
Obrigações fiscais	4
Imposto de renda e contribuição social	2
Partes relacionadas	15
Outras contas a pagar	17
Total do passivo circulante	129
Patrimônio Líquido	
Capital social	1.870
Prejuízos acumulados	(51)
Acervo transferido para Companhia (i)	1.819
Total do passivo e patrimônio líquido	1.948

Decorrente da transferência de investimentos, a Empresa realizou o aumento de capital social no montante de R\$ 1.819, conforme descrito na nota explicativa nº 12.b

b. Aquisição de investimentos sob controle comum

Conforme contrato de compra e venda firmado em 30 de novembro de 2023 a Empresa adquiriu da Atlas Luiz Carlos Comercializador de Energia Ltda as seguintes SPEs: Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda., Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda. e Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda. Por ser o mesmo controlador, essa operação foi tratada como transação sob controle comum e dessa forma, o investimento foi transferido por valor de livros.

Os saldos objeto da alienação de controle estão demonstrados a seguir:

	Saldos transferidos	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Equivalentes de caixa	-	100
Total do ativo circulante	-	100
Investimentos	3.185	-
Imobilizado	-	3.143
Total do ativo não circulante	3.185	3.143
Total do ativo	3.185	3.243
Passivo		
Fornecedores	-	7
Obrigações fiscais	-	2
Outras contas a pagar	-	49
Total do passivo circulante	-	58
Patrimônio Líquido		
Capital social	3.350	3.350
Prejuízos acumulados	(164)	(164)
Total do patrimônio líquido	3.185	3.185
Total do passivo e patrimônio líquido	3.185	3.243

2 Relação de entidades investidas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha o controle em conjunto das investidas e apresentou o resultado pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial compreende suas participações nas investidas controladas em conjunto.

Para ser classificada como um entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado das investidas e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos das entidades controladas em conjunto, não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes das investidas até a data em que o controle em conjunto deixa de existir.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha o controle integral das investidas e apresentou os saldos individuais e consolidados.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Empresa e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa detinha investidas conforme relação a seguir:

Investidas	País	Participação			
		31/12/2024		31/12/2023	
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda. (a)	Brasil	Direta	50%	Direta	100%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda. (b)	Brasil	Direta	50%	-	-

- (a) Em 30 de novembro de 2023, a Empresa, adquiriu o controle de 100% das investidas, conforme detalhado na nota explicativa nº1.3.b

(b) Em 28 de março de 2024, a Empresa, recebeu o controle de 100% da investida, conforme detalhado na nota explicativa nº1.3.a

Em função do alienação societária mencionada na nota explicativa nº 1.2, as controladas da Empresa são controladas em conjunto sendo, 50% do controle da Atlas Luiz Carlos Holding 1 S.A. e pela ArcelorMittal Brasil S.A. que detém os restantes 50% das ações.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 24 de março de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
 - **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023.
-
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 17:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

c) Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

d) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Boa Sorte 2. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A depreciação será reconhecida no resultado, quando da entrada em operação. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização, conforme nota explicativa nº 1.1.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos.

f) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros custo amortizado a Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros

esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

i) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Depósitos bancários (a)	256	70	108
Aplicações financeiras curto prazo (b)	55.979	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	56.235	70	108

(a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 94%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

9 Investimentos

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2024
<i>Investimentos em controladas em conjunto</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	4.852	614	455	4.852
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	4.717	612	436	4.717
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	4.720	607	445	4.720
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	4.766	588	432	4.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	4.707	644	476	4.707
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	4.664	519	366	4.664
Total		28.426	3.588	2.610	28.426

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Prejuízo do período (i)	Resultado de equivalência patrimonial (i)	2023
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	100%	752	(7)	(7)	752
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	100%	744	(11)	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	100%	744	(11)	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	100%	744	(11)	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	100%	734	(11)	(11)	734
Total		3.718	(51)	(51)	3.718

- (i) O resultado do exercício das investidas corresponde os períodos e percentuais os quais a Empresa deteve nas investidas, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.2 e 1.3.

A movimentação dos investimentos estão demonstrado a seguir:

Composição do investimento	Part. %	31/12/2023	Reorganização societária (ii)	Aumento de capital	Alienação societária (iii)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
<i>Investimentos em controladas</i>							
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	50%	752	-	8.339	(4.692)	455	4.852
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	50%	744	-	8.080	(4.542)	436	4.717
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	50%	744	-	8.090	(4.558)	445	4.720
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	50%	744	-	8.202	(4.611)	432	4.766
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	50%	734	-	8.037	(4.539)	476	4.707
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	50%	-	1.819	6.986	(4.507)	366	4.664
Total		3.718	1.819	47.731	(27.450)	2.610	28.426

Composição do investimento	Part. %	25/10/2023	Reorganização societária (i)	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2023
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	100%	-	638	121	(7)	752
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	100%	-	638	117	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	100%	-	638	117	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	100%	-	638	117	(11)	744
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	100%	-	633	112	(11)	734
Total		-	3.185	584	(51)	3.718

- (i) Em 30 de novembro de 2023 a Empresa adquiriu as controladas, reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.b
- (ii) Em 28 de março de 2024 a Empresa adquiriu a controlada, Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda. reconhecidas a valor contábil, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.a
- (iii) Em 02 de outubro de 2024 a Empresa realizou a alienação de participação societária nas investidas Boa Sorte 18 a Boa Sorte 23, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2. Com a operação a Empresa passou a deter o controle em conjunto das investidas e deixou de apresentar os saldos consolidados, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

A seguir resumo das investidas da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2024	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	154.014	144.310	9.704	614
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	155.204	145.770	9.434	612
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	152.632	143.193	9.439	607
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	148.755	139.223	9.532	588
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	157.255	147.842	9.413	644
Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda	152.103	142.776	9.327	519
Total dos investimentos	919.963	863.114	56.858	3.588

2023	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Boa Sorte 18 SPE Ltda	963	211	752	(7)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 19 SPE Ltda	955	211	744	(11)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 20 SPE Ltda	955	211	744	(11)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 21 SPE Ltda	943	199	744	(11)
Central Fotovoltaica Boa Sorte 22 SPE Ltda	935	202	734	(11)
Total dos investimentos	4.751	1.034	3.718	(51)

10 Imobilizado

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	Reorganização societária (i)	Adição (a)	31/12/2023
Imobilizado em andamento (a)	3.143	1.570	4.713
Total do imobilizado	3.143	1.570	4.713

- (i) Em decorrência do processo de aquisições societária, a Empresa reconheceu em seu ativo em andamento, sem efeito caixa para as controladas do Grupo, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.3.
- (a) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

A Empresa e suas controladas em conjunto avaliaram que até 31 de dezembro de 2024 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

11 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e outras contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Contratação de serviços (a)	2	-	118
Fornecedores partes relacionadas (b)	-	-	821
Total de fornecedores	2	-	939
Outras provisões com serviços (c)	1	14	72
Total de outras contas a pagar	1	14	72
Total de fornecedores e outras contas a pagar	3	14	1.011

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
- (b) Conforme nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se a provisão de despesas gerais e administrativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 17.

12 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 71.833 (R\$ 3.186 em 31 de dezembro de 2023), representado por 71.833 quotas (3.186 em 31 de dezembro de 2023), nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia realizou as seguintes subscrições de capital e movimentações societárias:

- Conforme 1ª alteração contratual, realizada em 31 de dezembro de 2023, com subscrição de capital social no montante de R\$ 3.186;
- Conforme 3ª alteração contratual, realizada em 14 de maio de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$ 50.029;

- Conforme 4ª alteração contratual, realizada em 28 de junho de 2024, com subscrição de capital social no montante de R\$17.452.
- Em 30 de junho de 2024, a Empresa passou a ter como quotista o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, em decorrência cisão realizada na Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A., conforme descrito na nota 1.

Ao longo de 2024, a controladora anterior Atlas Brasil energia Holding 4 S.A. realizou a integralização de capital no montante de R\$ 66.828 (R\$ 3.839 em 31 de dezembro de 2023), por meio de transferência bancária realizada.

b) Reorganização societária – Transferência de investimentos

Conforme 2ª alteração contratual, realizada em 28 de março de 2024, foi aprovada a transferência de investimentos de propriedade da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. por meio de conferência de capital o patrimônio líquido da Central Fotovoltaica Boa Sorte 23 SPE Ltda., correspondente ao montante de R\$ 1.819. A composição dos saldos transferidos para a Companhia estão demonstrados na nota explicativa número 1.3.a

c) Reserva de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa destinou para reserva de retenção de lucros R\$ 12.180 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

13 Despesas gerais administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas			
Contabilidade e auditoria	(39)	(64)	(64)
Assessoria e advogados	(864)	-	-
Serviços tomados	(80)	-	-
Taxas	(99)	-	-
	(1.082)	(64)	(64)
	Controladora		
	31/12/2024	31/12/2023	
Outras receitas operacionais			
Receita na venda de participações societária	41.522	-	
Custo da participação nas investidas (i)	(27.450)	-	
	14.102	-	

- (i) Alienação de investidas realizadas em outubro de 2024, para ArcelorMittal Brasil S.A., conforme descrito na nota 1.2

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

14 Receitas Financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Receita financeira			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.132	-	-
	2.132	-	-
Despesa financeira			
Despesas bancárias e carta de crédito	(596)	(1)	(1)
	(596)	(1)	(1)
	1.536	(1)	(1)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2024 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$42 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício - controladora

Lucro real	2024	2023
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	17.166	(65)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	(13)	65
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(2.610)	-
Base de cálculo	14.453	-
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%

Imposto de renda e contribuição social (4.921) -

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

16 Partes relacionadas

b. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

c. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2024 e 2023 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

d. Operações com partes relacionadas

	Contas a pagar - Consolidado
	31/12/2023
<i><u>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</u></i>	
Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda	821
Total	821

- (i) Referente a ativos adquiridos pela Atlas Luiz Carlos Comercializadora, antes do processo de aquisição (conforme descrito na nota 1.3) e devido pelas controladas da Empresa.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

17 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Controladora	Controladora
--------------	--------------

Atlas Luiz Carlos Holding 1 Ltda.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
(Em fase pré-operacional)

	Nota	31/12/2024 – Valor contábil		31/12/2023 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	55.979	256	-	70
Total		55.979	256	-	70
Passivos					
Fornecedores	11	-	2	-	-
Outras contas a pagar	11	-	1	-	14
Total		-	3	-	14

		Consolidado	
	Nota	31/12/2023 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	108
Total			108
Passivos			
Fornecedores	11	-	939
Outras contas a pagar	11	-	72
Total		-	1.011

		Controladora		Controladora	
		31/12/2024 – Valor contábil		31/12/2023 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	56.235	56.235	70	70
Total		56.235	56.235	70	70
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	2	2	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	1	1	14	14
Total		3	3	14	14

		Consolidado	
		31/12/2023 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	108	108
Total		108	108
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	939	939
Outras contas a pagar	Nível 2	72	72
Total		1.011	1.011

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e

gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional o Grupo não apresenta exposição a tal risco.

	Controladora		Consolidado
	2024	2023	2023
Caixas e equivalentes de caixa	56.235	70	106.896
Total	56.235	70	106.896

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	2	2	2	-	-	-
Outras contra a pagar	1	1	1	-	-	-
	3	3	3	-	-	-

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	14	14	14	-	-	-
	14	14	14	-	-	-

31 de dezembro de 2023

	Valor Contábil	Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	1.011	1.011	1.011	-	-	-
	1.011	1.011	1.011	-	-	-

iii. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

iv. Risco cambial

A Empresa realizou operações usuais de compras no decurso de suas operações, porém em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

v. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2024	Cenário Provável 31/12/2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	12,15%	14,75%	14,75%	18,44%	22,13%

Risco de redução (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2024	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	55.979	8.257	10.321	12.385	(10.321)	(12.385)

Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

18 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificada como provável ou possível.

19 Informações complementares ao fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Aquisição de investidas	9	(1.819)	3.185	-
Contas a receber partes relacionadas	16	-	(3.185)	-
Integralização de capital	12	1.819	-	-
Alienação das controladas – Boa Sorte 18 a 22				
Contas a receber partes relacionadas	17	-	-	3.185
Fornecedores	12	-	-	7
Obrigações fiscais		-	-	2
Outras conta a pagar		-	-	49
Aquisição imobilizado	11	-	-	(3.143)
Caixa proveniente da aquisição		-	-	(100)

Total de caixa proveniente das reorganizações societárias	-	-	(100)
--	---	---	--------------

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa não apresentou os saldos consolidados uma vez que deixou de ter o controle das investidas relacionadas na nota explicativa nº 9.

20 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos das investidas controladas em conjunto para os anos subsequentes.

	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Acima 2029</u>	<u>Total</u>
TUST/TUSD (a)	(4.790)	(14.380)	(15.081)	16.946	(987.591)	(1.038.788)
Seguros e garantias (b)	(1.031)	(3.167)	(3.271)	(3.379)	(189.383)	(200.231)
Compra de Energia (c)	-	(140.530)	132.008	134.324	1.048.856	(1.455.718)
Contratos de (O&M) (d)	(1.367)	(4.201)	(4.339)	(4.481)	(283.918)	(298.306)
Arrendamento (e)	-	(3.091)	(3.192)	(3.297)	(184.849)	(194.429)
Outros (f)	(905)	(6.556)	(6.212)	(5.854)	(242.410)	(261.937)
Total	(8.093)	(171.925)	(164.103)	(168.281)	(2.937.007)	(3.449.409)

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026 (julho/24 a junho/25) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2024/2025.

a) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

d) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *